



Estado do Rio de Janeiro
CÂMARA MUNICIPAL DE CABO FRIO

Ata da Quarta Sessão Ordinária do Segundo Período Legislativo da Câmara Municipal de Cabo Frio, realizada no dia 14(quatorze) de fevereiro do ano de 2019(dois mil e dezenove).

Às dezoito horas do dia 14(quatorze) de fevereiro do ano de 2019 (dois mil e dezenove) sob a Presidência do Vereador Luis Geraldo Simas de Azevedo e com a ocupação da Primeira Secretaria pela Vereadora Alexandra dos Santos Codeço, reuniu-se Ordinariamente a Câmara Municipal de Cabo Frio. Além desses, responderam a chamada regimental os seguintes Vereadores: Achiles Almeida Barreto Neto, Adeir Novaes, Edilan Ferreira Rodrigues, Guilherme Aarão Quintas Moreira, Jefferson Vidal Pinheiro, Leticia dos Santos Jotta, Miguel Fornaciari Alencar, Oséias Rodrigues Couto, Rafael Peçanha de Moura, Ricardo Martins da Silva, Rodolfo Aguiar de Faria, Silvio David Pio Oliveira, Vagne Azevedo Simão, Vanderlei Rodrigues Bento e Vinícius Correa. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declarou aberta a 4ª (QUARTA) SESSÃO DA 15ª (DÉCIMA QUINTA) LEGISLATURA (2017 - 2020) - 29ª PERÍODO (01/01/2019 À 31/12/2020) DE 14 DE FEVEREIRO DE 2019 em nome de Deus. Cumprido o rito regimental, o Senhor Presidente solicitou ao Senhor Primeiro Secretário a leitura do **EXPEDIENTE** que constou do seguinte: **EM CONFORMIDADE COM O ART. 71, ITEM 1 DO REGIMENTO INTERNO:LEITURA E APRECIÇÃO DA ATA: 12/02/2019; PROJETO DE LEI: 0162/2018 - VANDERLEI RODRIGUES BENTO NETO, DISPÕE SOBRE A VACINAÇÃO CONTRA A HEPATITE A PARA HOMENS E MULHERES QUE TRABALHAM DIRETAMENTE NA COLETA DE LIXO; PROJETO DE LEI: 0267/2018 - VANDERLEI RODRIGUES BENTO NETO, DISPÕE SOBRE A INFORMATIZAÇÃO DO CARTÃO DE SAÚDE NO MUNICÍPIO DE CABO FRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS; PROJETO DE LEI: 0016/2019 - LETÍCIA DOS SANTOS JOTTA, INSTITUI O HOSPITAL PÚBLICO VETERINÁRIO, POSTOS DE SAÚDE PARA ATENDIMENTO DE ANIMAIS NA CIDADE DE CABO FRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS; PROJETO DE LEI: 0018/2019 - LETÍCIA DOS SANTOS JOTTA, DISPÕE SOBRE O REGISTRO MUNICIPAL DO ATLETA, DENOMINADO "CARTEIRA DO ATLETA", PARA ATLETAS DE TODAS AS MODALIDADES ESPORTIVAS, DEVIDAMENTE REGISTRADOS EM SUAS RESPECTIVAS FEDERAÇÕES; PROJETO DE LEI: 0020/2019 - VINÍCIUS CAETANO CORRÊA, DENOMINA PRAÇA "DANIEL TIJOLO" A PRAÇA POMAR II DO BAIRRO JACARÉ, NO MUNICÍPIO DE CABO FRIO; REQUERIMENTO: 0011/2019 - ACHILLES ALMEIDA BARRETO NETO, REQUER REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA COM A POPULAÇÃO, A SECRETARIA DE CULTURA, O CONSELHO MUNICIPAL DO PATRIMÔNIO ARTÍSTICO E CULTURAL, A**

SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA E PARTES INTERESSADAS NO PROCESSO, PARA DEBATER SOBRE O DESTINO DO GALPÃO DE SAL; **REQUERIMENTO: 0012/2019 - ACHILLES ALMEIDA BARRETO NETO**, REQUER AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR PREFEITO DE CABO FRIO CÓPIA DE INTEIRO TEOR DO PROCESSO DE REGULARIZAÇÃO DA ÁREA "GALPÃO DE SAL", LOCALIZADO NO BAIRRO DA PASSAGEM; **REQUERIMENTO: 0021/2019 - OSEIAS RODRIGUES COUTO**, REQUER OUTORGA DE MOÇÃO DE APLAUSOS AO SR. JURACI DE OLIVEIRA GONÇALVES; **REQUERIMENTO: 0023/2019 - JEFFERSON VIDAL PINHEIRO**, REQUER ENVIO DE EXPEDIENTE AO ILMO. SR. SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CLÁUDIO PERES LEITÃO PARA QUE O MESMO COMPAREÇA À ESTA CASA LEGISLATIVA E SE DISPONHA A SER QUESTIONADO A PRESTAR ESCLARECIMENTOS A RESPEITO DA EXTINÇÃO E EXONERAÇÕES DO CARGO DE VIGIA DESENVOLVIDO JUNTO AS UNIDADES ESCOLARES MUNICIPAIS E OUTROS QUE PORVENTURA SE FAÇAM NECESSÁRIOS; **INDICAÇÃO: 0002/2019 - MIGUEL FORNACIARI ALENCAR**, SOLICITA AO EXMO. SR. PREFEITO A IMPLANTAÇÃO DO ESF - ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA, NO BAIRRO PARQUE ELDORADO III; **INDICAÇÃO: 0003/2019 - MIGUEL FORNACIARI ALENCAR**, SOLICITA AO EXMO. SR. PREFEITO A IMPLANTAÇÃO DO ESF - ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA, NO BAIRRO RESERVA DO PERÓ; **INDICAÇÃO: 0014/2019 - JEFFERSON VIDAL PINHEIRO**, SOLICITA AO EXMº. SR. PREFEITO A REVITALIZAÇÃO (RECUPERAÇÃO) DE FAIXAS DE PEDESTRE, JÁ DEMARCADAS, LOCALIZADAS NO CRUZAMENTO DAS VIAS DJALMA DE AZEVEDO COM A AVENIDA BISPO ALMIR DOS SANTOS, NO BAIRRO GUARANI; **INDICAÇÃO: 0029/2019 - ALEXANDRA DOS SANTOS CODEÇOSO**, LICITA AO EXMº SR. PREFEITO A INSTALAÇÃO DE UM ESF -ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA, NO BAIRRO UNIÃO; **INDICAÇÃO: 0031/2019 - RAFAEL PEÇANHA DE MOURA**, SOLICITA AO EXMº SR. PREFEITO A INSTALAÇÃO DE QUEBRA-MOLAS E ILUMINAÇÃO PÚBLICA NA RUA ORLANDO BRAGANÇA (RUA DO DPO) EM TAMOIOS; **INDICAÇÃO: 0036/2019 - ADEIR NOVAES**, SOLICITA AO EXMº. SR. PREFEITO A REVISÃO, INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA EM TODO O DISTRITO DE TAMOIOS CABO FRIO; **INDICAÇÃO: 0038/2019 - OSEIAS RODRIGUES COUTO**, SOLICITA AO EXMº PREFEITO QUE SE DIGNE INTERCEDER JUNTO A SECRETARIA COMPETENTE, PARA QUE ESTUDE A POSSIBILIDADE DE SER CRIADA UMA FEIRA ARTESANAL SEMANAL NO 2º DISTRITO; **INDICAÇÃO: 0039/2019 - ADEIR NOVAES**, SOLICITA AO EXMO. SR. PREFEITO O RECAPEAMENTO ASFÁLTICO DA RUA GUIOMAR NOVAES (ANTIGA RUA DAS CAPIVARAS) NO BAIRRO UNAMAR TAMOIOS; **INDICAÇÃO: 0040/2019 - SILVIO DAVID PIO OLIVEIRA**, SOLICITA AO EXMO. PREFEITO A CRIAÇÃO DO PROJETO BANCO DE MEDICAMENTOS NOS BAIRROS, NO MUNICÍPIO DE CABO FRIO; **INDICAÇÃO: 0041/2019 - SILVIO DAVID PIO OLIVEIRA**, SOLICITA AO EXMO. PREFEITO A INSTALAÇÃO DE PONTOS DE ENTREGAS VOLUNTARIOS (GAIOLAS) PARA A COLETA SELETIVA DE MATERIAL RECICLÁVEL NO MUNICÍPIO DE CABO FRIO. Terminada a leitura do Expediente, o Senhor Presidente franqueou a **TRIBUNA LIVRE ao Senhor Secretário de Educação**

Claudio Leitão, que após proceder as saudações de praxe, reportando-se a fala do representante dos vigias na Sessão anterior, Senhor Fábio, destacou que jamais proferira qualquer palavra que afrontasse aqueles profissionais, visto sua formação política e que traços de xenofobia deveriam ser repudiados pela Casa Legislativa. Em seguida, observou que distribuía documento aos vereadores com esclarecimentos concernentes aos procedimentos da Secretaria de Educação com relação aos funcionários da área da Educação. Disse, que os vigias não foram demitidos como fora dito, mas, que o contrato dos mesmos se extinguiu em observância à legislação vigente na forma em que tais profissionais foram admitidos. E ainda, que os vigias poderiam ter concorrido ao processo seletivo que contemplava os que tivessem anos de experiência na função. Disse ainda, que o processo seletivo foi elaborado por equipe capacitada e envolvia desgastante trabalho, em decorrência de que havia cerca de trinta mil inscritos. Continuando, discorreu sobre as demandas da Educação e seus desdobramentos. Após, disse, que se colocava a disposição para qualquer questionamento. Ao que o senhor presidente agradeceu ao Secretário pela presença, enfatizando que o mesmo prontamente se disponibilizara para comparecer a Casa e prestar esclarecimentos. Em seguida, observou que os vereadores passariam a arguir o Secretário de Educação, Cláudio Leitão. Ato contínuo, a Vereadora Leticia Jotta perguntou se a contratação dos vigias por uma empresa privada poderia ser viável, e que aquela fora uma solução encontrada ao questionar um promotor do Ministério Público. Disse que daquela forma, tais profissionais poderiam ter uma chance de continuar no trabalho sem que o Poder Público infringisse a Lei de Responsabilidade Fiscal. Respondendo, o Secretário disse que a folha da Educação cresceria ainda mais a partir daquele mês, em virtude de que seriam pagos salários atrasados negociados com sindicatos e que a sugestão da vereadora era interessante, no entanto necessitaria ser levada para outras instâncias do governo. Retrucando, a Vereadora solicitou que fosse então marcada uma reunião, para que assim pudesse haver uma resposta para tais trabalhadores. Respondendo o Secretário observou que tomaria as devidas providências para que fosse marcada a reunião. Também fazendo uso da palavra o Vereador Jefferson Vidal disse que, havia vigias que passaram por diversos governos, assim, não se tratava de contratos temporários. Disse que, Cabo Frio era integrada por pessoas que precisavam ser amparadas. Observou que, tinha a listagem de nomes dos vigias convocados no processo seletivo, mas, que havia equívocos naquele quesito. Disse, que a sugestão da Vereadora Leticia seria de grande valia e que a substituição dos vigias por firma de monitoramento sairia mais em conta, no entanto, a questão era sobre pessoas. Respondendo, o Secretário Claudio Leitão disse que a forma correta de ingresso no serviço público era através de concurso público e que ele próprio era contra a indicação política. Disse que, o contrato temporário já deveria ter sido objeto de discussão da Casa Legislativa e que, caso já tivesse sido resolvido, aquela situação não estaria acontecendo. Observou que 80% dos funcionários eram contratados, o que era lamentável. Reiterou que, respeitava as críticas que eram justas, mas, que as decisões foram tomadas diante de uma realidade financeira complicada. Disse, que respeitava os pensamentos divergentes, mas, que a Casa Legislativa teria oportunidade de se posicionar em virtude de que era muito provável que chegasse à Câmara Matéria relacionada a concurso público para o ano de 2020. Após, afirmou que

um vigia escolar não era um vigilante e que caso houvesse um ataque a escola os vigias ficariam vulneráveis. Disse, que a decisão de contratar a empresa de monitoramento fora difícil. Fazendo uso da palavra novamente o Vereador Jefferson Vidal disse que a questão era sobre famílias e que pela Casa Legislativa passara o atual prefeito que fora vereador e nada fizera. Disse que, com relação ao sistema de monitoramento, enquanto não fosse realizado o concurso público o governo deveria privilegiar os vigias. Após, sublinhou que, certamente algum empresário estaria sendo beneficiado. Respondendo, o Secretário disse que fora oferecida a oportunidade de recolocação e que como os vigias não levaram os documentos nada pudera ser feito. Fazendo uso da palavra a Vereadora Alexandra Codeço questionou se o Secretário Claudio Leitão era concursado, frisando que o mesmo estava a frente de uma pasta política, indicado pelo prefeito Adriano Moreno. Perguntou também, o que seria feito se diversos alarmes tocassem ao mesmo tempo e se o carro da empresa de monitoramento entraria dentro das comunidades. Respondendo, o Secretário disse que desconhecia concurso público para Secretário, o que inclusive era uma boa ideia, mas, que sabia também que os Assessores da Vereadora não eram concursados, com isso antes de haver cobranças deveria ser feito o dever de casa. Disse que, o Secretário era um cargo de confiança e que a questão colocada pela vereadora não procedia fugindo do tema em questão. Disse que, aumentara o número de vagas nas escolas e de professores para que a educação minorasse os problemas concernentes à violência, tirando as crianças das ruas. Disse, que as medidas de curto prazo cabiam à área da segurança pública e não ao município, mas, ao Estado e a União. Retrucando, a Vereadora Alexandra Codeço disse que o Secretário fora deselegante, assim deixava seu repúdio e se solidarizava com a situação dos vigias. Novamente fazendo uso da palavra o Secretário Claudio Leitão disse que a Vereadora também fora deselegante ao aludir a uma questão que não fazia sentido, como o fato de ele ser concursado. Em seguida, fez uso da palavra o Vereador Rafael Peçanha que observou que já se manifestara contra a decisão com relação aos vigias. Após, disse que falava como professor concursado do município, que nunca ocupara nenhum cargo comissionado. Disse que, se posicionava na defesa do direito dos trabalhadores, já que estavam sendo colocados na rua trabalhadores que atuavam a vinte, trinta anos no emprego. Disse, que o atual prefeito gostava tanto de contrato que tinha diversos ao mesmo tempo na área da saúde, na ocasião em que era vereador. Disse que, o Plano de Cargos Carreira e Salários na Câmara Municipal estavam previsto em Lei, o que o Executivo ainda não havia feito. Pediu que a Ata, documento apresentado pelo Secretário, fosse enviada por e-mail para os vereadores, em virtude de que aquela não estava assinada. Após, questionou os cargos comissionados da Secretária de Educação e solicitou que fossem enviados para a Casa Legislativa os documentos comprobatórios de salários, cargos e contratações, pois, poderia ser daquela fatia descontado o que se pretendia tirar dos vigias. Após, questionou se o Secretário conhecia a realidade do trabalho dos vigias, já que como professor conhecia aquele trabalho de quem não apenas vigiava, mas que pintava e consertava a escola, o que deveria ser atribuição da equipe da Secretaria de Educação. Disse que, fora dito na Tribuna que o Secretário afirmara que a Casa Legislativa concordava com o processo de retiradas de cargo dos vigias. E ainda, que o secretário afirmou que eram poucos os vigias que não conseguiram se manter

no cargo, assim, questionava o motivo pelo qual os mesmos não fossem recontratados, já que a monta dispensada para tal seria irrisória. Ao final, questionou se o secretário não tinha pena dos homens que no mês seguinte não teriam como manter suas famílias. Respondendo, o Secretário disse que as perguntas relacionadas ao prefeito, o Vereador deveria perguntar ao mesmo. Disse ainda, que era importante que fosse dito que a Secretaria de Educação não era gerida apenas pelo Secretário, mas, por um grupo de professores concursados, inclusive havia muito mais tempo que o Vereador Rafael Peçanha, e que a decisão fora tomada também por professores concursados, que trabalhavam na rede havia muito tempo. Disse que, todas as oportunidades foram oferecidas aos vigias, mas, que muitos não compareceram para levar os documentos no processo seletivo. Disse ainda, que era complexo dirimir um problema que durava vinte anos, e mais, que em da abertura de mais vagas, foram necessárias novas contratações. Disse, que em relação aos documentos solicitados pelo Vereador Rafael, os mesmos estariam disponíveis assim que recebesse o ofício do mesmo, como fazia com todos os que pleiteavam tais informações, até porque havia publicação no site da Educação. Disse que, a Secretaria de Educação estava sempre com as portas abertas, para passar por qualquer tipo de fiscalização que os vereadores considerassem importante. Fazendo uso da palavra o Vereador Achilles Bareto disse que, era importante aquele embate e compreendia como era difícil estar à frente em uma gestão pública. Após, disse que a economia seria de cerca de um milhão por ano de um orçamento que a Educação tinha, mas, que a empresa de monitoramento a ser contratada custaria cerca de setecentos mil reais. Após, discorreu sobre a ocasião quando como presidente da Câmara assinara o documento que daria início ao processo do Concurso Público, o que considerava de extrema importância. Disse que caso o Secretário de Educação quisesse que fosse feito concurso público deveria começar pela sua casa, seus funcionários. Após, disse que não bastaria ser apenas técnico, mas, que deveria agir com o coração. Reportou-se a gestão de sua mãe, Laura Barreto, a frente da Secretaria de Educação, quando na ocasião o Ministério Público enviara processo para a Câmara exigindo acabar com o Ensino Médio nas escolas do Município. Disse que, todos eram sabedores de que as escolas de ensino médio não eram da alçada do município, mas, que Laura Barreto não admitia aquela situação. Disse que, fora encontrada a solução para o problema, com isso, solicitava ao Secretário de Educação que agisse com sensibilidade, para que fosse revista aquela questão, no sentido de que houvesse outro desfecho. Perguntou ao Secretário se havia outra forma de dirimir aquele problema. Respondendo, o Secretário disse que as críticas serviam para melhorar a gestão e que não aceitara o convite para participar daquela Sessão Plenária prevenido para dizer não, mas, que o Vereador Achilles deveria convir que havia situações que não cabiam somente ao Secretário de Educação. Disse, que estava a postos para ouvir e explicar e não desviar para ações que não procedia. Após, o Vereador Luis Geraldo disse que o Secretário havia afirmado que certo número de vigias já tinha sido alocado em outros cargos, com isso questionava se não seria possível recontratar os vigias que ainda estavam desempregados. Respondendo, o Secretário disse que era comum a mudança de decisão por parte do gestor, e que tais interesses poderiam ser levados para o Chefe do Executivo Municipal. Mais uma vez salientou que todos eram sabedores de que aquela decisão não

caberia somente a ele. Fazendo uso da palavra o Vereador Rodolfo disse que o Secretário afirmara que seria realizado concurso público no ano de 2020. Disse que a Ata apresentada não estava assinada, o que o levava a concluir que o SEPE não estava de acordo. Disse, que os diretores de escolas não foram ouvidos e questionou ao Secretário se caso fosse roubada a merenda a quem caberia a responsabilidade. Respondendo, o Secretário disse que os casos de roubos eram da alçada da polícia. Após, disse que diversas coisas foram atribuídas a ele, que ele não havia dito. Disse ainda, que não poderia assumir falas que não havia feito e que se houvessem dúvidas, bastaria acionar o áudio da entrevista na rádio. Disse que, o documento apresentado era um extrato de Ata. Disse, que os diretores das escolas foram ouvidos, mas, que os mesmos não foram unânimes quanto à permanência dos vigias. Fazendo uso da palavra, o Vereador Silvio David Pio Oliveira disse que todo o poder emanava do povo e questionou o Secretário se o mesmo conhecia a vida em uma comunidade. Após aludiu a um caso de uma pessoa que fez inscrição e no dia da apresentação dos documentos, em virtude de um filho doente não pudera comparecer e que quando entrara com recursos não adiantara de nada. Relatou ainda sobre mais alguns casos de indeferimentos de inscrições no processo seletivo da Educação. Respondendo o Secretário disse que num processo da magnitude do que ocorrera, deveria ter todos os quesitos muito claros, assim a regra e o formalismo não poderiam ser ignorados. Disse ainda, que os fatos colocados nos recursos foram analisados individualmente e que o processo seletivo fora submetido ao Ministério Público. Observou que, o chamamento dos concursados de 2009 fora decisão judicial que fora acatada pela Secretaria de Educação. Novamente fazendo uso da palavra o vereador Silvio David Pio Oliveira, questionou o motivo pelo qual não participara das decisões da Secretaria de Educação o presidente da Comissão de Educação. Respondendo, o Secretário de Educação disse que era de origem humilde e conhecia comunidades, se formara com muita dificuldade e que seu plano de saúde era o SUS. Após, o Vereador Edilan disse que deveria respostas para quem o colocara na Casa Legislativa e que quando viesse a Matéria para a Casa Legislativa seu voto seria sempre a favor dos vigias. Após, disse que tinha outra classe sendo injustiçada que eram os ASGs da Educação e que foram convocadas cerca de mil e quatrocentas pessoas, mas, que nem todas foram atendidas. Questionou ao Secretário quanto às pessoas que não aguentaram aguardar para entregar a documentação na escola Edilson Duarte. Respondendo o Secretário disse que, em nenhum momento afirmou que seria enviado algum projeto do Governo para ser discutido na Câmara. Disse, que no caso das pessoas que ficaram aguardando na Escola Edilson Duarte, houvera um erro de planejamento e que o gestor também cometia erros. Disse que, houvera iniciativa de parar e reiniciar no dia seguinte, mas, que houvera entendimento entre as partes interessadas. Após, o Vereador Ricardo Martins disse que uma senhora com um filho acometido pelo câncer solicitou a Secretaria que a colocasse para trabalhar mais perto de sua residência e que não fora atendida. Respondendo, o Secretário disse que havia um regramento, mas, que procedimentos de exceção sempre iriam existir e que receberia o Vereador para dirimir aquela questão. Após, o Vereador Ricardo Martins disse que, a postura dos trabalhadores naquela Sessão devia-se ao desespero de quem estava prestes a perder seu emprego e apelou ao Secretário que agisse em favor daquelas pessoas. Disse, que entendia que a pasta exigia que o

Secretário tomasse decisões que não o agradavam. Respondendo, o Secretário disse que todas as sugestões seriam levadas e que a gestão atual tinha somente sete meses, mas, que de uma forma geral conseguira pagar a folha em dia. Enumerou os acertos da Secretaria que apesar do pouco tempo de governo não media esforços para melhorar a Educação. Após, o senhor presidente disse que, o instrutor de Libras não fora contemplado no processo seletivo e que ele próprio estava sempre empenhado nas causas de inclusão social. Apelou ao Secretário que tomasse providências no sentido de que não houvesse prejuízo dos vigias, que em muitos casos já tinham mais de sessenta e cinco anos e não teriam como arranjar outro trabalho. Disse que, tais pessoas necessitavam de trabalho e de sustento. Adiante, afirmou que fora interessante observar que havia ainda a possibilidade de ser contornada aquela situação e que tais pessoas saíssem da Sessão com esperança e fé de que não perderiam seus empregos. Respondendo, o Secretário disse que com relação ao instrutor de Libras não fora possível, porque o cargo não estava previsto na estrutura da prefeitura, o que deveria estar previsto em lei. Observou, que considerava importante o tema da educação inclusiva e que estava sendo aberto centro de inclusão e apoio a crianças portadoras de deficiências. Novamente fazendo uso da palavra, a Vereadora Letícia Jotta questionou sobre a senhora Mônica, que trabalhava havia cerca de cinco anos na escola Arlete Rosa Castanho e que não pudera continuar o trabalho em virtude de que não havia aquela opção. Disse que, a escola estava desfalcada em decorrência de que a mesma desenvolvia um importante trabalho dando aulas de libras. Respondendo, o Secretário disse que não teria como fazer um contrato fora do processo seletivo. Fazendo uso da palavra, o Vereador Oséias disse que paralelo ao fato de que a projeção do orçamento tinha previsão de aumento, havia os trabalhadores que estavam ameaçados de perderem seus empregos. Falou sobre a importância de que tais pessoas fossem integradas no contexto da escola. Disse, que todos poderiam se adaptar a novas formas e estava certo do empenho do Secretário naquela causa. Disse, que o município de Rio das Ostras tivera a ideia de substituir os vigias por câmeras e as escolas foram sucateadas. Respondendo o Secretário de Educação disse que se comprometeria a levar todas as sugestões para que fosse ampliado o projeto do governo e que não pretendia fazer nenhuma crítica ao trabalho dos vereadores, no entanto a decisão passava por outras instâncias. Novamente fazendo uso da palavra o Vereador Achilles Barreto disse que no mês de Março chegaria à Casa a LDO enviada pelo Executivo Municipal e que ele próprio, estava pronto para tirar recursos de outros setores para colocar na Educação e estava certo de que teria a aquiescência dos Nobres Pares. Disse que, a sugestão da contratação dos vigias por uma empresa privada também seria uma opção. Disse, que fora levada a ele a situação da professora Monica, presente na Assistência e que ele respondera friamente. Respondendo o Secretário disse que não tinha mesmo o poder de burlar o processo seletivo. Ao final, o senhor presidente disse que caso fosse necessário, seria criado o cargo para contemplar o profissional de Libras e dirigindo-se aos vigias disse que tais pessoas poderiam sempre contar com a Casa Legislativa. Fazendo as considerações finais o Secretário de Educação disse que sempre que fosse convidado a ocupar a Tribuna da Casa Legislativa aceitaria e agradeceu a atenção de todos. Após, o senhor presidente continuando na direção dos trabalhos, franqueou a Tribuna aos oradores inscritos. Ocupou a Tribuna como

primeira oradora inscrita a **Vereadora Letícia Jotta**, que inicialmente procedeu as saudações de praxe. Após, disse que estava certa de que o Secretário poderia sim resolver a situação da professora Mônica com relação à recontração, em virtude de que aquela era uma questão de gestão. Após, comentou sobre sua escolha para a vice-presidência da CPI do Hospital da Mulher. Disse também, que os funcionários da COMSERCAF receberiam a rescisão que sairia em breve. Após, comentou sobre proposição de sua autoria dispendo sobre a criação de uma unidade de atendimento veterinário, destacando a importância do acolhimento aos animais. Em seguida, discorreu sobre a falta de respeito com que fora tratada na prefeitura e dirigindo-se ao senhor prefeito disse que, caso tais pessoas continuassem no entorno do mesmo ele estaria fadado a não se desenvolver em sua legislatura. Disse também que, a finalidade de seu mandato era buscar soluções para os anseios do povo e questionou como poderia ajudar o governo se nem mesmo conseguia apresentar os seus projetos. Disse que, aguardara por cerca de três horas e não fora atendida na prefeitura, assim, solicitava ao Chefe do Executivo que chamasse a atenção de seus assessores, que não destrataavam somente a ela. Agradeceu a atenção de todos, no que encerrou sua fala. Não havendo mais oradores inscritos para o uso da Tribuna, o Senhor Presidente conduziu os trabalhos para a **ORDEM DO DIA**. NESTA ETAPA FOI APROVADO PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS NOS SEGUINTE PROJETO: PROJETO DE LEI: 0113/2018 SENDO A SEGUIR ENCAMINHADO PARA A COMISSÃO DE REDAÇÃO FINAL. FOI APROVADO PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NOS SEGUINTE PROJETO: PROJETO DE LEI: 0206 E 0210/2018 SENDO A SEGUIR ENCAMINHADOS PARA A COMISSÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS. FORAM ENCAMINHADOS PARA A COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA OS SEGUINTE PROJETO: PROJETO DE LEI: 0162 E 0267/2018, PROJETO DE LEI: 0016, 0018 E 0020/2019. FORAM APROVADOS OS REQUERIMENTOS NSº: 0011, 0012, 0021 E 024/2019. FOI RETIRADO O REQUERIMENTO: 0023/2019. FORAM APROVADAS AS INDICAÇÕES NSº: 0002, 0003, 0014, 0029, 0031, 0036, 0038, 0039, 0040 E 0041/2019. Terminada a Ordem do Dia, o Senhor Presidente franqueou a Tribuna para a **EXPLICAÇÃO PESSOAL**. Ocupou a Tribuna em Explicação Pessoal o **Vereador Achilles Barreto**, que inicialmente disse ser necessário que fossem pontuadas algumas questões relacionadas a situação dos vigias, para que houvesse a formulação de documento assinado pelos Nobres Pares, que contivesse uma data limite. Disse que, o governo não tinha articulação política e que a Casa legislativa ansiava por soluções. E ainda, ao final reiterou que era de extrema importância que fosse criada alternativa também para a preservação dos patrimônios históricos. Agradeceu a atenção de todos, no que encerrou sua fala. Não havendo mais oradores para o uso da Tribuna em Explicação Pessoal o Senhor Presidente encerrou a presente Sessão em nome de Deus. E para constar, mandou que se lavrasse a presente Ata, que depois de lida, submetida à apreciação Plenária, Aprovada, será assinada para que produza seus efeitos legais.